

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - ESTADO DO PARANÁ.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2025

SARANDI TRATORES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 77.266.575/0001-85, com sede a Avenida Ademar Bornia, nº 629, Jardim Europa, CEP 87113-000, na Cidade de Sarandi, Estado do Paraná, neste ato representada por seus representantes legais, vem, tempestivamente, com fundamento no artigo 164 da Lei nº 14.133/21, apresentar, tempestivamente, **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** consoante os fatos e fundamentos jurídicos que se passa a delinear.

I. DO CABIMENTO DA IMPUGNAÇÃO.

Consta no Edital que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital, por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/21, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura do certame, tendo como prazo fatal dia **13/11/2025**, motivo pelo qual é plenamente tempestiva.

II. DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS QUE ALICERÇAM A IMPUGNAÇÃO.

A Licitante Sarandi Tratores é especializada e reconhecida no ramo de máquinas e equipamentos de construção, localizada em Sarandi-PR (Matriz) e Cascavel-PR (Filial), atendendo, inclusive o Estado de São de Paulo como revendedora autorizada da LiuGong.

Conforme Edital pregão eletrônico n.º 73/2025, o Município de Bandeirantes, abriu processo licitatório **Objetivando a AQUISIÇÃO DE**

01 (UMA) MOTONIVELADORA NOVA, ZERO HORA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO Nº 160/2025 - POR MEIO DO PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO, FIRMADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB.

A Sarandi Tratores, como revendedora autorizada da LiuGong, irá participar do certame, encaminhando, concomitantemente com os documentos de habilitação, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e horário estabelecido para abertura da sessão pública.

Ocorre que, da análise detida sobre os requisitos do Edital, verifica-se as seguintes exigências para os maquinários:

MOTONIVELADORA COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: fabricação nacional, última série, nova, zero hora, admissível fabricação segundo semestre de 2024 ou superior. Especificações técnicas mínimas: aquisição de 01 (uma) motoniveladora nova, zero hora, última série de fabricação, ano/modelo vigente ou superior, admitida fabricação a partir do segundo semestre de 2024. Potência efetiva líquida mínima de 140 HP; Motorização a diesel, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 490/2018 (PROCONVE MAR-III ou superior); Peso operacional mínimo de 14.000 kg e máximo de 17.550 kg; Transmissão tipo PowerShift, com no mínimo 6 marchas à frente e 3 à ré, com acoplamento por conversor de torque ou transmissão direta; Sistema hidráulico com bomba de pistão de fluxo variável; Lâmina com dimensões de no mínimo 3.650 mm de largura e 610 mm de altura, com sistema hidráulico para tombamento e deslocamento lateral; Direção hidrostática, articulação com raio de giro de no máximo 7.200 mm e ângulo de talude de até 90°; Ripper traseiro com no mínimo 5 dentes; Pneus dianteiros e traseiros 14x24 G2/L2 ou superiores; Sistema elétrico 24V; Cabine fechada com arc ondicionado de fábrica e certificação ROPS/FOPS; Tanque de combustível com capacidade mínima de 280 litros; Rastreador via satélite de fábrica, conforme exigido na ARP; Adesivagem institucional obrigatória, conforme diretrizes do Convênio nº 160/2025 – SEAB.. Condições de fornecimento: Garantia mínima de 12 (doze) meses ou até 2000 hrs (o que ocorrer primeiro), com cobertura integral de peças, mão de obra, logística e demais insumos; Todas as revisões de manutenção preventiva, logística

e insumos às expensas da contratada, durante o período de garantia ou até 2.000 horas de uso, o que ocorrer primeiro; Entrega com tanque cheio, com capacidade mínima de 280 litros; A contratada será responsável por todas as despesas, bem como por danos e/ou avarias do bem até sua entrega definitiva na sede do Município; Treinamento técnico operacional e entrega técnica obrigatórios, a serem realizados pela fornecedora, com emissão de certificado de participação aos operadores indicados pela Administração; Aplicação de adesivo específico do programa vinculado ao convênio.

A presente impugnação visa apontar a existência de cláusulas que restringem indevidamente a competitividade do certame, violando os princípios da isonomia e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme a Lei nº 14.133/2021.

DA MOTONIVELADORA

A exigência de Fabricação Nacional para o equipamento constante no Item 1 (Motoniveladora) é manifestamente ilegal, violando os princípios basilares da licitação pública, em especial o da Competitividade e o da Isonomia, conforme a Lei nº 14.133/2021.

A Lei nº 14.133/2021, estabelece o Princípio da Competitividade como um dos pilares do processo licitatório. A exigência de que o produto seja exclusivamente de fabricação nacional configura uma barreira de acesso indevida, restringindo o universo de potenciais licitantes e propostas, o que é expressamente vedado pela legislação.

A jurisprudência é uníssona ao **considerar restritiva e ilegal a exigência de fabricação nacional como condição de participação**, quando não há justificativa técnica robusta que demonstre a inviabilidade do produto importado. *Vejamos:*

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. EDITAL RESTRITIVO. EXIGÊNCIA DE FABRICAÇÃO NACIONAL. ILEGALIDADE. RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO. RECURSO CONHECIDO E

PROVIDO, COM CONFIRMAÇÃO DE LIMINAR. I. Caso em exame1.1. Mandado de segurança impetrado contra cláusulas restritivas de edital de licitação no município de Campo Largo, exigindo fabricação nacional de produtos para iluminação pública . 1.2. Decisão de primeira instância indeferiu o pedido de liminar. 1 .3. Recurso interposto pleiteando a suspensão do certame licitatório e invalidação das exigências editalícias.II. Questões em discussão2 .1. Legalidade da exigência de fabricação nacional para produtos licitados.III. Razões de decidir3 .1. A exigência de fabricação nacional no edital fere os princípios da competitividade e da razoabilidade, fundamentais nos processos licitatórios, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 9º, I, b, e 52, § 6º .3.2. A jurisprudência também reforça que a preferência por produtos nacionais não pode se configurar como vedação absoluta à participação de produtos importados, o que caracteriza restrição indevida à competitividade (TCE-MG, DEN 1114629). IV . Dispositivo e tese4.1. Recurso conhecido e provido para suspender o trâmite do certame e anular as exigências editalícias relativas à fabricação nacional dos produtos licitados.4 .2. Tese de julgamento: a exigência de fabricação nacional em processo licitatório desprovida da indicação de qualquer fato que justifique tal exclusividade, viola os princípios da competitividade e da razoabilidade, previstos na Lei de Licitações. Dispositivos relevantes citados: Lei nº 14.133/2021, arts . 9º, I, b, 26, 52, § 6. Jurisprudência relevante citada: STJ, RMS 34.571/SP; TCE-MG, DEN 1114629.

(TJ-PR 00666498620248160000 Campo Largo, Relator.: Rogério Etzel, Data de Julgamento: 19/11/2024, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 25/11/2024)

Portanto, requer-se a imediata alteração do Edital para que a exigência de Fabricação Nacional seja substituída pela exigência de que o equipamento atenda a todas as normas técnicas brasileiras e possua assistência técnica e garantia no País, permitindo a participação de produtos importados, como a motoniveladora ofertada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa conjuntura, nas características técnicas do edital devem ser alteradas, para que não haja privilégio ou exclusão de nenhuma licitante em detrimento das demais.

Afinal, o pregão é uma das modalidades de licitação previstas no art. 28, inciso I, da Lei 14.133/21, dentre a qual se exige a comprovação dos requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital.

O processo licitatório deve assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes nos termos do artigo 37, XXI, CF, ressaltando-se que somente exigências de qualificação técnica e econômica permaneçam quando são indispensáveis ao cumprimento das obrigações.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O princípio é decorrência direta do direito fundamental à igualdade elencado no artigo 5º da Constituição da República e estabelece que, em igualdade de condições jurídicas, a União, os Estado e os Municípios devem dispensar o mesmo tratamento aos seus administrados, sem estabelecer entre eles quaisquer preferências ou privilégios.

Mais especificamente no âmbito das licitações, o princípio da igualdade visa assegurar que todos os administrados possam se candidatar, em igualdade de condições, para o fornecimento de seus serviços, sem o estabelecimento por parte da Administração de qualquer preferência ou privilégio a um ou a outro.

Por isso, faz-se necessário a manutenção dos requisitos supracitados, em atenção aos princípios de competitividade, isonomia, impessoalidade e igualdade entre as partes licitantes (art. 5º da Lei 14.133/21).

Nesses termos, prevê o art. 5º da Lei em vigor 14.133/21 que *“na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da **legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia,***

*da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da **competitividade**, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)”.*

Como se vê, todos os dispositivos da Lei de Licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório devem ser interpretados à luz do **princípio da isonomia** o qual, não objetiva a proibição completa de qualquer diferenciação entre os candidatos, pois essa irá ocorrer naturalmente com a seleção da proposta mais vantajosa à administração pública, sua verdadeira aplicação é a vedação de qualquer **discriminação arbitrária**, que gere desvalia de proposta em proveito ou detrimento de alguém.

Assim, é obrigação da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também **demonstrar que concedeu a todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade**, sem qualquer promoção ou **exclusão pessoal**.

E justamente para que o princípio da isonomia, tal como o princípio da impessoalidade, seja corretamente aplicado na forma proposta pela Lei nº 14.133/21, faz-se necessária a alteração do Edital de Licitação, **para deixar de exigir a fabricação nacional, eis que indevidamente restritiva**. De igual modo, requer que republique o Edital com nova data para a sessão, conforme o Art. 9º, inciso I, alínea "a" e "c", da Lei nº 14.133/2021.

Termos em que respeitosamente, pede deferimento.

Sarandi-PR, 13 de novembro de 2025.

SARANDI TRATORES